



COMBATENDO O APAGAMENTO LINGÜÍSTICO: AS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS NO BRASIL

FIGHTING LINGUISTIC DELETION: INDIGENOUS SIGN LANGUAGES IN BRAZIL

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2023.v15.19205>

Bruno Roberto Nantes Araujo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 <https://orcid.org/0000-0002-7795-8677>
nantejonantes@gmail.com

Recebido em: 24 de maio de 2023.
Primeira revisão: 30 de maio de 2023.
Revisão final: 10 de junho de 2023.
Aprovado em: 15 de junho de 2023.

RESUMO: Busco aqui contribuir para a combate a colonização das línguas de sinais dos indígenas surdos no Brasil. Parto da pesquisa etnográfica nos territórios indígenas, mas especificamente nas aldeias Olho D'Água, Barreirinho e Água Azul, da Terra Indígena Buriti, em Mato Grosso do Sul. No que se refere à produção e análise de dados, a pesquisa se aproximou e foi atravessada por autores do campo das pesquisas Pós-Críticas, como os Estudos Culturais, e do Grupo Modernidade e Colonialidade e outros que foram utilizados para a produção do texto. A metodologia utilizada para a produção e análise dos dados se articula com o mesmo campo teórico; de caráter qualitativo valeu-se da netografia para a construção de balanço bibliográfico acerca de trabalhos que combatem a invisibilidade dessas línguas indígenas de sinais, ocasionado pelo processo de colonização pela Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Palavras-chave: Indígena surdo; língua indígena de sinais; colonização.

A produção científica sobre as línguas indígenas de sinais

No Brasil, de acordo com os dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 foram registradas cerca de 274 línguas indígenas, de 305 etnias diferentes, tendo em vista o seu vasto território. Conforme dados do mesmo Instituto, também em 2010, temos registrados mais de 10 milhões de surdos no País. Por termos arraigada a ideia de sermos um país monolíngue, devido ao fato de a Língua Portuguesa ser a língua oficial dos brasileiros, promove-se, de certa forma, uma invisibilidade das línguas minoritárias, tanto das línguas orais quanto das de sinais:

[...] o Brasil é um país multilíngue, onde indivíduos falam mais de uma língua (plurilinguismo individual) em contextos em que se falam muitas línguas (plurilinguismo social), marcado por cenários diversos de bi/plurilinguismo assimétrico. Toda essa riqueza, campo de contrastes e conflitos, é expressa pela diversidade etnolinguística e cultural presente nos diferentes grupos formados pelas nações indígenas, pelas comunidades de descendentes de imigrantes, pelas comunidades quilombolas, por comunidades de povos ciganos, pelos contextos fronteiriços, pelos refugiados de ingresso recente e ainda pelas comunidades surdas usuárias de línguas de sinais. (SAVEDRA et al., 2021, p. 3).

Dizer, portanto, que o Brasil é um país monolíngue contradiz a realidade plural do território brasileiro e, considerando as línguas de sinais das comunidades surdas do País, identificamos um avanço, mesmo que ainda tímido, das línguas de sinais de várias etnias indígenas. Por isso, nesta seção apresentamos um levantamento de produções científicas sobre a temática língua indígena de sinais e indígenas surdos, realizado a partir dos objetivos propostos como uma forma de conhecer os autores, suas fundamentações teóricas, os instrumentos de produção de dados e suas análises, além dos resultados a que chegaram. Observar os caminhos percorridos por esses autores nos auxilia na escolha das direções que a nossa pesquisa pode tomar. Vale ressaltar que essa busca e esse levantamento já vem sendo feito desde o período do Mestrado nas buscas pelos registros de produções científicas voltadas a essa área do conhecimento.

Esse levantamento de produções científicas é denominado Estado da Arte, que, conforme Romanowski e Ens (2006, p. 26) explicam, é “a produção do conhecimento em uma determinada área do conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações”. Acrescentam que isso não se restringe apenas a identificar as produções, mas a analisá-las, categorizá-las e revelar seus vários enfoques e perspectivas. Os autores ainda ponderam que os dados produzidos por esse método apontam aspectos da área de interesse dos pesquisadores, nos quais também possam encontrar e analisar os tipos de pesquisas utilizados nos trabalhos e quais as metodologias utilizadas.

O estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

Partindo dessa perspectiva, percebemos que o número de trabalhos em nossa área de pesquisa aumentou após a criação da Lei da Libras e do Decreto n. 5.626/2005. No ano de 2008, encontramos o primeiro trabalho, uma dissertação intitulada "Cultura surda e educação escolar Kaingang", de Marisa Fátima Padilha Giroletti (2008). Dessa forma, definimos esse ano como o início de nosso levantamento de pesquisas até a atualidade.

Realizamos a busca no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao MEC (Ministério da Educação), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A busca foi relacionada com o tema e objetivos propostos em nossa pesquisa, utilizando os seguintes descritores: indígena surdo, educação de indígenas surdos, língua de sinais indígenas. Os trabalhos abordam estudos que envolvem as áreas da educação, da linguística, antropologia, entre outras inerentes.

Algumas produções científicas foram levantadas por meio da dissertação de mestrado de Araujo (2018), no capítulo de livro de Araujo e Ferreira (2021) e no artigo de Vilhalva e Araujo (2022). Citamos aqui algumas dessas referências encontradas: Brito (1984, 1986), Giroletti (2008), Vilhalva (2009, 2012), Coelho (2011), Lima (2013), Pereira (2013), Sumaio (2014, 2018), Azevedo (2015), Santos (2015), Barretos (2016), Damasceno (2017), Stoianov e Nevins (2017), Mussato (2017), Araujo (2018), Soares (2018), Silva (2019), Bezerra (2021), Godoy (2020), Moura e Gomes (2020), Araújo e Oliveira (2021), Costa, Bezerra e Nascimento (2022), Ferreira (2022).

Dessas produções científicas destacamos algumas etnias pesquisadas: os Ka'apor, os Sateré-Mawé, os Terena, os Guarani-Kaiowá, os Bororo, os Kaingang, os Paiter Suruí, os Pataxó, os Akwe-Xerente, os Xukuru, os Kinikinau, e, ainda em estudo, as etnias Omágua-Kambeba, Munduruku, Makuxi, Maxakali.

Além disso, há também os registros levantados por Costa, Nascimento e Prates (2021) de língua de sinais de surdos do Sítio Caiçara, no sítio Caiçara, estado do Ceará, as línguas de sinais da Ilha de Marajó, no estado do Pará, e as línguas de sinais de Porto de Galinha, na Ilha de Soure, em Ipojuca, no estado de Pernambuco. Em relação às línguas de sinais emergentes, temos as de comunidades isoladas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e ciganas. Neste levantamento, contudo, vamos focar apenas nas produções científicas voltadas para as línguas de sinais indígenas e sobre indígenas surdos. Outros levantamentos de pesquisa os leitores poderão encontrar disponíveis nos Anexos.

As produções científicas sobre as línguas indígenas de sinais

Quadro 1 – Relação das Teses de Doutorado que se referem a estudos sobre indígena surdo e a língua indígena de sinais

AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	ANO	ETNIA
MUSSATO, Michele	Surdo Terena: a (in) existência de sujeitos (s)em política(s) linguística(s).	UFMS	2022	Terena
GODOY, Gustavo	Os Ka'apor, os gestos e os sinais.	UFRJ	2020	Ka'apor
COELHO, Luciana Lopes	A educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá: discursos e práticas de inclusão.	UFGD	2019	Guarani Kaiowá
SOARES, Alyne Priscilla Sumaio	Língua Terena de Sinais: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos Terena da Terra Indígena Cachoeirinha.	Unesp	2018	Terena

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Observamos que as teses defendidas são produções muito recentes, tendo levado aproximadamente dez (10) anos para que essas quatro (4) pesquisas fossem produzidas, isso depois do reconhecimento da Libras, em 2002, e das aproximações dos interesses dos pesquisadores por essa área; outra explicação é o aumento das lutas políticas dos povos indígenas pela demarcação de terras, pela valorização das culturas indígenas e das línguas indígenas faladas e sinalizadas.

O movimento indigenista vem crescendo como forma de resistência em virtude dessa despreocupação com os povos originários do Brasil, ocorrida durante a política de governo Jair Messias Bolsonaro. Como exemplos, temos o desmatamento devastador das florestas, mortes e ataques em terras indígenas por grileiros e mineradores, lutas por reintegração e demarcação de territórios indígenas¹– um direito previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) –, e a não importância quanto aos desmatamentos das áreas de preservação ambiental. Esses fatores, entre outros, atraíram os olhares de novos pesquisadores tanto da área da linguística quanto da antropologia e, sobretudo, da área da educação.

Das pesquisas encontradas, destacamos as etnias e suas regiões: a etnia Ka'apor, migrados para a região Nordeste do País, no estado do Maranhão, e as etnias Guarani-Kaiowá e Terena, na região Centro-Oeste, no estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro 2 – Relação das dissertações de Mestrado que se referem a estudos sobre indígena surdo e a língua indígena de sinais

AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	ANO	ETNIA
GIROLETTI, Marisa Fátima Padilha	Cultura surda e educação escolar Kaingang.	UFSC	2008	Kaingang
VILHALVA, Shirley	Mapeamento das Línguas de Sinais Emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul.	UFSC	2009	Guarani
LIMA, Kátia do Socorro Carvalho	Educação de surdos no contexto amazônico: um estudo da variação linguística na Libras.	UEPA	2009	Não específica
COELHO, Luciana Lopes	A constituição do sujeito surdo da cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola.	UFGD	2011	Guarani Kaiowá
LIMA, Juliana Maria da Silva	A criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola.	UFGD	2013	Guarani Kaiowá
SUMAIO, Priscilla Alyne	Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da Libras e de sinais nativos por indígenas surdos.	Unesp	2014	Terena
SILVA, João Henrique da	Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado em escolas indígenas.	UFGD	2014	Guarani-Kaiowá
AZEVEDO, Marlon Jorge Silva de	Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins.	UEA	2015	Sateré-Mawé
BARRETOS, Eudes Arrais	A situação de comunicação dos Akwe-Xerente surdos.	UFG	2016	Akwe-Xerente
SOUZA, Andrea Teschi Motta	A poética do olhar: a cultura visual surda no contexto Amazônico.	UNIR	2016	Não específica

COSTA, Miriã Gil Lima	Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo Paiter Suruí no contexto familiar.	UNIR	2017	Paiter Suruí
GREGIANNI, Luciana Coladine Bernardo	Mapeando os sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade.	UNIR	2017	Paiter Suruí
ELER, Rosiane Ribas de Souza	Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Paiter Suruí.	UNIR	2017	Paiter Suruí
FERNANDES, Ednéia Bento de Souza	A Práxis tradutória das línguas de sinais.	UNIR	2017	Não específica
MUSSATO, Michele Souza	O que é ser índio sensorido?	UFMS	2017	Terena
DAMASCENO, Letícia de Souza Magalhães	Surdos Pataxó: inventário das Línguas de sinais em território etnoeducacional.	UFBA	2017	Pataxó
ARAUJO, Bruno Roberto Nantes	A escolarização de indígenas terena surdos: desafios e contradições na atuação do tradutor intérprete de línguas de sinais – TILS.	UFMS	2018	Terena
MARTINS, Carolyne Capetta	O ensino de astronomia indígena para surdos.	UNINTER	2020	Guarani
FERREIRA, Ivanilton	Minidicionário digital da língua de sinais Mundukuru.	UEPA	2021	Mundukuru

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Os principais pressupostos teóricos das produções

Observamos ter havido, como já dito, um aumento das produções após o reconhecimento da Libras em 2002 e após a criação da Lei da Libras e do Decreto n. 5.626/2005. Além disso, entendemos que o aumento do interesse dos pesquisadores por essa área também seja decorrente das lutas políticas dos povos indígenas por demarcação de terras, valorização de sua cultura e de suas línguas faladas e sinalizadas.

A dissertação de Vilhalva (2009), intitulada "Mapeamento das Línguas de Sinais Emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul", foi realizada na perspectiva de mapear e registrar os sinais familiares dos indígenas surdos das aldeias Jaguapiru e Bororo das comunidades indígenas no município de Dourados, no Mato Grosso do Sul. A pesquisadora, que é surda, é referência nacional nesta área de estudos, sendo uma das pioneiras em propor políticas linguísticas no assunto. Investigou os sinais emergentes

que os indígenas surdos realizavam entre seus familiares, além de mapear os sinais das etnias presentes no estado. Esta pesquisa nos ajudou a entender como ocorre o processo inicial de comunicação entre os familiares de indígenas surdos e compreender o que são os sinais emergentes; ademais, mostrou a preocupação da pesquisadora sobre a necessidade de políticas linguísticas específicas para esses indivíduos.

A dissertação de Coelho (2011), com o título "A constituição do sujeito surdo da cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola", levanta discussões sobre o atendimento escolar de estudantes surdos nas escolas em terras indígenas do Mato Grosso do Sul. A etnia pesquisada foram os Guarani e Kaiowá, com o objetivo de investigar e lutar para uma escolarização diferenciada, que visa a valorização da língua e da cultura. Ela direcionou sua investigação mapeando os discursos dos profissionais da educação indígena, analisou os discursos nas comunidades sobre os sujeitos surdos, problematizou as práticas didáticas e as estratégias de ensino para os estudantes indígenas surdos, além de analisar as relações de poder da educação inclusiva na escola diferenciada indígena. Este trabalho pode nos atentar para a escolarização de indígenas surdos nas escolas indígenas e ao como a sua especificidade está sendo atendida nas escolas por meio da Educação Especial e da Educação Inclusiva, além de como são 'vistos' no âmbito familiar. Também levantou questionamentos e opiniões que tangem à nossa pesquisa no que se refere às línguas indígenas de sinais, à inserção desses estudantes na escolaridade, à formação dos profissionais nas escolas e quais as estratégias de ensino para que possam ser efetivamente incluídos e atendidos respeitando suas diferenças.

A dissertação de Sumaio (2014), "Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da Libras e de sinais nativos por indígenas surdos", foi talvez o primeiro trabalho voltado especificamente para os surdos da etnia Terena. A autora pesquisou a Comunidade Indígena de Cachoeirinha, no município de Miranda, em Mato Grosso do Sul, onde iniciou os estudos das línguas de sinais observando os sinais realizados entre os surdos e seus familiares na

comunidade, tendo sido coletados os sinais por meio da fotografia e vídeos, que foram então analisados. Ela percebeu que, apesar de alguns terena surdos terem um contato com a Libras ao estudarem na cidade, os sinais que eles compartilhavam na comunidade não eram propriamente da Libras, mas sim outra língua de sinais. Sua pesquisa também observou questões da cultura, educação e cosmovisão terena e surda, tendo sido, particularmente, um ponto inicial das perguntas e questões desta tese, funcionando como um “divisor de águas” para a pesquisa. A partir de uma pesquisa etnográfica e por meio de uma análise linguística, a autora nos mostrou que os sinais indígenas existem e são naturalmente falados entre os indígenas surdos e seus familiares naquela terra indígena. Por fim, nos ajudou no intuito de observar e analisar as diferenças entre as línguas de sinais.

O artigo de Coelho e Bruno (2013) sobre “A constituição do sujeito surdo na cultura guarani-kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola”, entre outros objetivos, descreve o processo de escolarização de indígenas surdos. Os autores perceberam que os adolescentes interagem e se comunicavam com colegas ouvintes mesmo com a barreira linguística. A respeito da inclusão, os professores desses alunos denunciam que as Secretarias Estaduais e Municipais desconhecem a realidade enfrentada por eles em sala de aula, visto que não se sentem aptos a identificar as deficiências ou dificuldades dos alunos. Dessa forma, nada é repassado aos núcleos de educação especial. Também alegam não haver estratégias de ensino que respeitem a metodologia de ensino indígena e há falta de orientação sobre como trabalhar com pessoas surdas, assim como falta de recursos materiais e pedagógicos e efetivação do atendimento educacional especializado em escolas indígenas.

Essas observações levantadas entre os Guarani-kaiowás por Coelho e Bruno (2013) nos alertaram para também observar se essa situação acontece nas escolas indígenas Terena foco de nossa pesquisa.

O artigo de Bruno e Lima (2014), “A formação de professores nas escolas indígenas de Dourados/MS para escolarização/inclusão de alunos surdos”, nos chamou a atenção quanto à visão dos indígenas Guarani-Kaiowá em relação às pessoas surdas. Os autores destacam que, nas entrevistas, os professores e idosos explicam que o nascimento de pessoas que não falam e não ouvem é um castigo resultante da desobediência ou comportamento ruim dos pais, aplicado pelas entidades sagradas. Já outros acreditam que isso esteja relacionado ao período de fome que a comunidade passou.

As autoras também discutiram sobre a representação da deficiência para a cultura e notaram diferentes percepções entre os idosos. Existem aqueles que negam a existência de deficientes entre os povos no passado e outros afirmam que havia como tratar a deficiência com remédios indígenas e reza. A respeito dessa forma de enxergar a deficiência, elas alertam para a necessidade de um diálogo intercultural, de modo a que a pessoa surda passe a ser visível em relação à sua diferença linguística e cultural, podendo trocar representação sobre sua identidade e negociar espaços de comunicação e interação na escola e na comunidade. Esse artigo nos ajudou a refletir sobre as representações e a identidade surda

entre os Terena, ou seja, como essas representações afetam a constituição da identidade dos indígenas surdos.

O artigo de Bruno e Coelho (2016) a respeito dos “Discursos e práticas na inclusão de índios surdos em escolas diferenciadas” investigou os discursos acerca da educação diferenciada indígena, a educação indígena e a educação de surdos. Esse estudo pode colaborar com a pesquisa em relação à forma de observar as dificuldades, necessidades e possibilidades das narrativas dos profissionais que atuam nas escolas indígenas na elaboração e construção coletiva, de maneira a encontrar estratégias de ensino para os estudantes indígenas surdos.

O capítulo de livro de Bruno e Alencar (2016) intitulado “A escolarização de indígenas surdos no contexto da educação intercultural” apresenta, também, a discussão sobre a escolarização de indígenas surdos frente ao contexto de educação intercultural. Os autores questionam sobre a situação das pessoas indígenas com deficiência dentro das escolas indígenas e abordam o quanto ainda são escassos estudos e pesquisas em relação ao direito desses estudantes à educação. Explicam que isso é decorrência da elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena (BRASIL, 1998), pois, apesar dos avanços substanciais proporcionados à Educação Indígena, ainda tem silenciado o direito linguístico, em especial aos estudantes indígenas surdos. Os autores ponderam que, a partir dos princípios de uma educação indígena intercultural, faz-se necessário que a comunidade indígena participe dessas discussões, levantando propostas para a elaboração de políticas públicas em consonância com a Educação Especial na Educação Escolar Indígena.

A dissertação de Barretos (2016), cujo título é “A situação de comunicação dos Akwe-Xerente surdos”, se propôs a identificar, descrever e analisar a situação e comunicação dos surdos do povo Akwe-Xerente, da região norte do País. O autor analisa as formas de comunicação entre surdo-surdo e entre surdo-ouvinte no cotidiano da família, da comunidade e nas festas culturais. Ao contrário do trabalho anterior, que analisou a visão da comunidade em relação aos surdos, esse trabalho mostra a visão do surdo sobre o mundo Akwe-Xerente e o acesso às práticas culturais do seu povo. Com isso, nos proporcionou, por meio das entrevistas, compreender como os surdos Terena se enxergam dentro de sua comunidade, assim como entender sua participação em relação às práticas culturais Terena.

A dissertação de Eler (2017), com o título “Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Paiter Suruí”, faz um mapeamento dos sinais produzidos entre os surdos da etnia Paiter Suruí, de Rondônia, no ambiente escolar. A pesquisa registrou sinais criados pelo modo próprio de se comunicar dessa etnia, e, segundo o autor, o registro é importante para a valorização da diversidade linguística, como também para a preservação dessa diversidade como patrimônio histórico-cultural dos surdos do Brasil.

Para a realização desse trabalho, o autor utilizou a metodologia de pesquisas pós-críticas fundamentou-se nos Estudos Culturais, uma vez que valoriza a cultura e a identidade (ELER, 2017). Dessa forma, como essa dissertação fez análises sobre cultura e identidade a partir dos Estudos Culturais, nos ajudará a compreender a cultura e a identidade dos surdos

Terena, visto que também utilizaremos esses Estudos para essa finalidade.

A dissertação de Mussato (2017) sobre "O que é ser índio sendo surdo?" contribui com esta pesquisa, pois ela vem problematizar o processo de construção identitária do sujeito indígena surdo pela subjetividade através de narrativas de si e do outro. Analisando essas narrativas, a autora percebe que o sujeito índio surdo vive num "entre-lugar" (BHABHA, 2021), já que eles nascem e crescem num ambiente em que oralizam na língua portuguesa e/ou na língua terena. Quando aprendem a Libras é por meio da escolarização, porém, sinalizam na comunidade por meio de outros sinais. Apresenta, nas narrativas, que, no caso dos indígenas surdos, a Libras vem estabelecer uma 'ponte' que lhes permite transitar entre os territórios marcados pela subalternidade (ser índio, ser surdo), propiciando-lhes serem inseridos na sociedade pelo modelo hegemônico.

A tese de Soares (2018) sobre a "Língua Terena de Sinais: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos Terena da Terra Indígena Cachoeirinha" dá continuidade à sua pesquisa de mestrado, na qual analisou detalhadamente, dentro da linguística, as questões fonológicas, lexicais, morfológicas, semânticas e sintáticas das línguas de sinais faladas entre os ouvintes e surdos terena da região do município de Miranda, no Mato Grosso do Sul, a fim de comprovar que os sinais ali sinalizados não eram apenas sinais "caseiros", mas sim uma língua de sinais autônoma, independente da Libras.

A tese de Coelho (2019), cujo título é "A educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá: discursos e práticas de inclusão", investigou os discursos dos profissionais da educação escolar indígena sobre a educação diferenciada indígena, as práticas de ensino e o sujeito surdo estudante.

A autora verificou que, sendo uma escola diferenciada, com currículo e práticas diferenciadas das escolas urbanas, a escola indígena está engessada por sistemas de avaliações de desempenho que desconsideram a língua materna e as diferenças culturais da comunidade por conta de políticas normalizadoras. Os professores dessas escolas subvertem utilizando práticas culturais diferenciadas e valorizando as línguas utilizadas na comunidade. Tais observações são importantes de serem verificadas também em nossa pesquisa, visto que essas formas de subversão dos professores no tocante à valorização das línguas podem fazer a diferença na educação de alunos indígenas surdos, foco da nossa pesquisa.

O artigo de Mussato e Souza (2019) sobre "O conflito linguístico e identitário do sujeito surdo terena: uma reflexão sobre política linguística" reflete a respeito das relações de saber-poder da política linguística com foco nas relações de força instituídas pela situação linguístico-cultural dos surdos Terena. O artigo nos ajudou a compreender essas relações de poder entre política linguística e identidade/cultura, políticas essas que visam uma homogeneização da diversidade cultural e linguística que silencia o diferente.

O artigo "Bilinguismo para surdo. Bilinguismo para indígena. Como (deve) se configura(r) o universo linguístico de um surdo indígena?", de Mussato e Camechi (2020), vem colaborar com a tese por tratar dos atravessamentos das representações do indígena surdo acerca da língua/linguagem, por meio das línguas de sinais, em suas narrativas. Nele, cuida

das questões de construções identitárias dos indígenas surdos, na sua pluralidade e, em específico, do Terena surdo da Terra Indígena Cachoeirinha, no município de Miranda, no estado de Mato Grosso do Sul. Ainda, mostra como os indígenas surdos se veem, bem como a construção de suas subjetividades devido à imersão nas línguas terena, portuguesa, língua de sinais emergente (LSE) e língua Brasileira de Sinais (Libras). Discorre, ademais, sobre uma proposta que vai além do bilinguismo, por conta desses embates e trânsitos por entre essas línguas.

As autoras apontam que “a falta de atendimento especializado para as necessidades educacionais específicas na escola da aldeia provocou um processo de (des)territorialização e confronto às identidades/identificações dos sujeitos da aldeia [...]” (MUSSATO; CAMECCHI, 2020, p. 9). Essa questão é levantada na tese não somente nas escolas indígenas, mas, sobretudo, no convívio familiar e na comunidade local.

O artigo “Mapeamento das Línguas de sinais indígenas no povo Xukuru do Ororubá no contexto dos estudos surdos”, de Moura e Gomes (2020), contribui, inicialmente, afirmando a importância dos registros das línguas de sinais indígenas na construção de diálogos interculturais, sobretudo como forma de reconhecer e considerar a cultura e a identidade de cada povo indígena. Para isso, é preciso promover o respeito às diferenças, com o devido reconhecimento também dentro da área das pesquisas linguísticas, atentando-se para as relações sociais e culturais de cada povo. Essa pesquisa foi um estudo etnográfico ancorado nos Estudos Surdos pela perspectiva dos Estudos Culturais, com o objetivo de identificar as contribuições das línguas de sinais indígenas nas relações interculturais dos indígenas surdos do povo indígena Xukuru do Orubá, dos municípios de Pesqueira e Poção, no estado de Pernambuco. Desse modo, entendemos que ela colabora com a intenção desta tese em perceber as diferenças linguísticas das comunidades indígenas surdas brasileiras e a importância desse levantamento dos sinais indígenas para que haja uma valorização dessas línguas de sinais, bem como a perpetuação dessas línguas.

A dissertação “Minidicionário digital da língua de sinais Mundukuru”, de Ferreira (2021), traz o registro de cinquenta e nove sinais/termos usados pelos surdos da etnia Mundukuru, na aldeia Karapanatuba, no município de Jacareacanga, no estado do Pará. Nela foi criado um minidicionário digital da língua de sinais Mundukuru, o qual auxiliará no processo de formação dos professores na aquisição da Língua de Sinais, bem como na interação e comunicação entre os indígenas surdos e os ouvintes. Essa pesquisa contribuiu com a análise dos sinais-termos ou da língua de sinais dos indígenas Terena surdos da Terra Indígena Buriti, em Mato Grosso do Sul. A organização a partir de referências de outros minidicionários de língua de sinais apresentou os passos de validação dos sinais-termos, nos proporcionando um direcionamento para a elaboração das análises linguísticas das línguas de sinais, bem como para a idealização, também, da elaboração de um futuro dicionário de Língua Terena de Sinais dos indígenas Terena surdos presentes nas aldeias da Terra Indígena Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti, no estado de Mato Grosso do Sul.

A tese de Godoy (2020), com o título “Os Ka’apor, os gestos e os sinais”, apresenta a

inter-relação entre os surdos e ouvintes como base que sustenta a língua de sinais Ka'apor no interior do estado do Maranhão e também detalha a interseção entre os gestos e os sinais produzidos nas comunidades indígenas dessa etnia. O autor descreve dois fragmentos de uma narrativa, transcritos em gestos e em sinais, para mostrar que os sinais são lexicalizados a partir dos gestos. Ademais, imprime que essa língua indígena de sinais, a língua de sinais Ka'apor brasileira (LSKB), foi a primeira a ser identificada em produções científicas.

Costa, Nascimento e Prates (2021), em "Karai Je'eha Jakwarahã! (Comunique-se bem!): um estudo sobre as línguas de sinais das terras indígenas", inicialmente discorrem sobre o novo campo de investigação, que é a interface da educação especial e da educação indígena e seus desdobramentos, apontando que, historicamente, desde a época do descobrimento, não se encontram, nos livros de história, registros sobre os indígenas com deficiência, e questionam: onde estavam os indígenas com deficiência? Ademais, fazem um resumo sobre as comunidades indígenas surdas no mundo.

Assim, para esta tese, o artigo contribuiu com o enfoque sobre como os autores colocam novo segmento de pesquisas voltadas para as comunidades surdas indígenas brasileiras, levantando as produções científicas já publicadas sobre as Línguas de Sinais das Terras Indígenas (LSTI), as quais foram também selecionadas e catalogadas na tese.

O artigo "Uma língua indígena de sinais brasileira", de Soares (2021), contribui com o levantamento das línguas (ou possíveis línguas) indígenas de sinais encontradas hoje em uso no Brasil e apresenta algumas produções científicas sobre o assunto. Ela também levanta uma discussão sobre "possíveis línguas indígenas de sinais", pois argumenta que essas investigações e o mapeamento linguístico das línguas de sinais devem acontecer a partir de uma análise da própria linguística da língua de sinais. Mostra pelo menos duas línguas indígenas de sinais no Brasil: a língua de sinais Ka'apor brasileira (LKSB) e a língua terena de sinais (LTS).

Araujo (2021), em seu artigo sobre "Línguas indígenas de sinais no Brasil: elas coexistem?", pondera sobre as resistências das comunidades surdas indígenas e suas línguas indígenas de sinais por meio das produções científicas e das pesquisas em andamento. O autor faz também um levantamento das produções já postas sobre indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais no Brasil e uma analogia sobre resistência cultural e intelectual em detrimento das pesquisas científicas dessa área, uma forma com(R)existir, como coloca em seu título.

Araujo e Ferreira (2021) dialogam, num capítulo de livro, a respeito dos "Estudos e Pesquisas sobre a educação de indígenas surdos no Brasil", contribuindo, também, com o levantamento e mapeamento das produções científicas relacionadas às pesquisas de indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais (LSI). Isso também favoreceu a organização das tabelas com as produções científicas já encontradas e a inserção de novas produções.

A tese de Mussato (2022) intitulada "Surdo Terena: a (in)existência de sujeitos (s) em política(s) linguística(s)" levanta uma discussão muito importante e que se aproxima do objetivo desta tese. Além de também pesquisar os Terena Surdos da região de Mato Grosso

dosul, a autora transita entre teóricos que se articulam com os Estudos Culturais, discute sobre as questões das identidades desses sujeitos e reflete sobre a falta ou, como ela coloca, a inexistência de políticas linguísticas específicas para o atendimento desses estudantes.

Vilhalva e Araujo (2022), no artigo sobre “Educação de indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais”, colaboram apresentando suas vivências durante suas trajetórias docentes em escolas de surdos urbanas e os desdobramentos atuais enquanto professores do ensino superior e pesquisadores da área de indígenas surdos e de línguas indígenas de sinais. Tecem discussões sobre a necessidade de formação de profissionais indígenas para atuarem na escolarização de indígenas surdos, as possibilidades futuras de uma educação bilíngue e multi e intercultural através da LDB atualizada, da necessidade de se constituir um currículo na educação dos indígenas surdos, valorizando suas participações no Grupo de Trabalho da Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022 -2032), além de apresentar produções científicas sobre os indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais no Brasil. A contribuição desta pesquisa para a tese, além de todos esses apontamentos pertinentes à pesquisa, destaca-se, sobretudo, da necessidade de descolonizar o olhar dos pesquisadores, professores e intérpretes na compreensão das diferenças e especificidades linguísticas, culturais e sociais dos povos indígenas.

O artigo de Costa, Bezerra e Nascimento (2022), “Etnoterminologia de etnias das línguas de sinais das terras indígenas brasileiras”, traz o conceito do campo de pesquisa da etnoterminologia, que nada mais é que o estudo da Terminologia, ou seja, a análise dos fenômenos lexicais inseridos no discurso, demonstrando a visão de mundo de determinada cultura e apresentando a significação das unidades mínimas, resultado dos vocábulos “termos”. Isso, na língua de sinais, é denominado de sinais-termos. Nesse trabalho fazem o levantamento de sinais-termos como Ferreira (2021) apresenta, só que os autores, nesse caso, levantaram os sinais representativos das etnias identificadas em seus estudos.

Ademais, destacaram que ainda são ínfimas as pesquisas em detrimento do número de povos indígenas espalhados pelo território brasileiro. A partir de uma pesquisa bibliográfica nas plataformas digitais de repositórios institucionais e de bancos digitais de Teses e Dissertações, encontraram algumas produções científicas voltadas às pesquisas brasileiras de Línguas de Sinais Emergentes e de Línguas de Sinais das Terras Indígenas. Há, portanto, congruência ao levantamento das pesquisas voltadas às Línguas de Sinais das Terras Indígenas (LSTI) ou das Línguas Indígenas de Sinais (LSI) que levantamos nesta tese.

O levantamento e a leituras destes trabalhos nos proporcionaram o entendimento sobre a importância do mapeamento, dos estudos, das pesquisas e da produção de materiais tanto nas áreas da linguística quanto das ciências sociais, bem como na educação. De forma científica, vitalizam e apresentam as diversas línguas indígenas de sinais espalhadas nas diversas comunidades indígenas pelo território brasileiro. Podemos perceber que os indígenas surdos estão presentes nas comunidades indígenas, sendo vistos pela comunidade local, mas ainda invisibilizados pelas comunidades surdas e ouvintes do Brasil.

A educação de indígenas surdos representada nas pesquisas

Para falarmos sobre a educação de indígenas surdos, assunto muito recente, devemos antes dialogar com as legislações que regem os direitos dos indígenas à educação e, depois, adentrarmos nas políticas públicas da Educação Especial e Educação Inclusiva, que estão ainda sendo inseridas de forma tímida nas escolas indígenas espalhadas pelo País. “[...] A educação de surdos, assim como a educação indígena, é pautada por uma educação diferenciada, respeitando sua cultura e o uso de sua língua.” (JESUS; RAHME; FERRARI, 2018, p. 728).

Segundo a Constituição Federal de 1988, no seu art. 205, “[a] educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). O direito à educação indígena também é garantido pela Constituição Federal de 1988, no 2º parágrafo, em seu art. 210: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” (BRASIL, 1988).

Dessa maneira, as escolas indígenas poderão utilizar e ensinar as línguas indígenas faladas de cada etnia específica, respeitando suas culturas, seus costumes e suas tradições. Mussato e Cameschi (2020, p. 7) explicam que a escola indígena se torna “a principal ferramenta de autodeterminação desses povos [...]”.

O Ministério da Educação (MEC) foi o órgão responsável por organizar e coordenar a Educação Indígena no País, de acordo com o art. 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que traz, para a educação indígena, a possibilidade de uma educação escolar bilíngue e intercultural, valorizando a língua escrita e falada local, ou seja, a língua materna, incluída como componente curricular (BRASIL, 1996). “A educação intercultural sintetiza um projeto de educação indígena que contempla a pluralidade de suas manifestações culturais e linguísticas, expressas no modo de viver desse povo e na sua relação com o território” (JESUS; RAHME; FERRARI, 2018, p. 724).

No ano de 1998, foi criado o documento que organiza e recomenda os conteúdos curriculares para as escolas diferenciadas indígenas pelo Ministério da Educação (MEC): o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (COELHO, 2011).

Ademais, o art. 208 da Constituição Federal prevê que “[o] dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Conforme recomenda a política para os alunos com deficiência na escolarização indígena, citamos:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos políticos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. (BRASIL, 2002, p. 17).

Bruno e Alencar (2016) argumentam ser muito recente, no contexto da Educação Escolar Indígena, a presença da Educação Especial; além disso, os serviços de atendimento educacional especializado também devem atender às necessidades dos estudantes com deficiência nas escolas indígenas. No capítulo de livro intitulado "A escolarização de indígenas surdos no contexto da educação intercultural", descrevem que, apesar desse avanço epistemológico da educação escolar indígena no que se refere à diversidade cultural, linguística e a uma aproximação de uma educação intercultural, ela ainda silencia quanto ao direito linguístico do indígena surdo e das pessoas indígenas com deficiência nas escolas (BRUNO; ALENCAR, 2016).

Em outro artigo, Bruno e Coelho (2016) discorrem sobre um fato acontecido no estado: apesar dos esforços da Secretaria de Educação para promover a educação inclusiva para estudantes com deficiência através de cursos de capacitação para os professores indígenas nas escolas indígenas, a evasão foi muito grande. Ainda que a escolarização dos indígenas surdos ainda seja muito recente, nas pesquisas seguem voltadas à uma perspectiva da educação de surdos segundo a Educação Especial. Os indígenas surdos que estão nas aldeias permeiam experiências visuais ligadas diretamente às práticas sociais, culturais, históricas, xamânicas, cosmovisões imbricadas em sua própria etnia, sendo assim cabe discutirmos uma educação intercultural para que estes estudantes não percam suas raízes culturais, especialmente levando em conta suas condições linguísticas.

Como forma de sobreviver à colonização e à imposição cultural e religiosa, os indígenas tiveram de se adaptar e a isso Hall (2003) chama de hibridização cultural, quando costumes e práticas se transformam e se ressignificam. Segundo Hall (2003), a hibridização acontece quando elementos novos e velhos se reagrupam em torno de novos temas, mudando as perspectivas e a forma de ver e refletir, adequando uma resposta à nova situação. Ou seja, ao conviver com outra cultura ocorrem trocas de conhecimentos pela aquisição de novos conhecimentos em ambas as culturas; é nesse momento que há a ressignificação, tornando-os híbridos. Desse modo, não é errado presumir que os indígenas passaram por mudanças de pensamento ao longo dos acontecimentos de sua história, se tornando híbridos.

A respeito das relações interculturais, Walsh (2011) defende a existência de três tipos de interculturalidade: a relacional, a funcional e a crítica. Segundo ela, a relacional é a forma mais comum de contato entre duas culturas, podendo ocorrer em posição de igualdade ou desigualdade. Esse tipo de interculturalidade não se aprofunda, ficando somente no contato, norelacionamento individual, político, epistêmico e social, não deixando transparecer os embates, a dominação, a diferença a colonialidade, naturalizando tais questões (WALSH, 2011). Dessa forma, na América Latina, a interculturalidade era comum entre os indígenas de etnias diferentes, assim como, mais tarde, com os afrodescendentes e europeus (WALSH,

2011).

Na interculturalidade funcional, as regras do jogo não são contestadas e, aqui, o objetivo é controlar os conflitos e embates para integrar a cultura considerada menor na cultura dominante para atender os interesses de mercado (WALSH, 2011). Esse tipo de interculturalidade é viável como ferramenta da colonialidade do poder no estabelecimento de diferenças entre colonizador (superior) e colonizado (inferior), impondo comportamentos, conhecimentos e saberes (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

O último tipo de interculturalidade, defendida por Walsh (2009), é a crítica que contesta a lógica do modelo neoliberal, que possui projetos e interesses escusos, mas demonstra trabalhar para um viver melhor em sociedade. A interculturalidade crítica resultou de discussões contra-hegemônicas dentro dos movimentos sociais, a partir das pessoas que vivenciaram subalternização e submissão. Essas discussões giram em torno da transformação da interculturalidade estrutural-racial-colonial em sua estrutura, com o intuito de modificar as relações sociais contrapondo a interculturalidade funcional. Walsh (2009) destaca haver setores que também têm lutado contra a racionalidade ocidental e as transformações da globalização neoliberal.

A interculturalidade crítica discute a respeito da

[...] exclusão, negação e subalternização ontológica e epistêmico-cognitiva dos grupos e sujeitos racializados; com as práticas de desumanização e de subordinação de conhecimentos que privilegiam alguns sobre outros, naturalizando a diferença e ocultando as desigualdades [...]. (WALSH, 2009, p. 23).

Quando se discute a exclusão, a subalternização, a dominação e as relações de poder, as pessoas se empoderam e passam a resistir, a se insurgir e a se rebelar contra tais imposições; a decolonialidade passa, então, a ser uma ferramenta de transformação que rumo contra a colonialidade. A decolonialidade ocorre por meio de estudos que visam compreender a influência da modernidade, da cultura e do imperialismo na vida das pessoas, e a partir desse entendimento há uma mudança de ações, atitudes e condutas, com a intenção de derrubar padrões de poder fixados na racialização, que permitem a inferiorização e a subalternização (WALSH, 2009).

Isso posto, Walsh (2009, p. 23) indica a necessidade de um projeto de resistência que vise a reexistência, com um trabalho com orientações decoloniais para desestruturar o projeto moderno e reorganizar o estado das coisas, encontrando “modos outros do poder, saber, ser e viver permite ir muito além dos pressupostos e manifestações atuais da educação intercultural bilíngue ou da filosofia intercultural”.

Esses estudos e análises proporcionam o diálogo crítico com outras culturas, formas de pensamentos, interpretações e visões como a dos indígenas surdos, que foram subalternizados em relação à sua forma própria de comunicação dentro das escolas.

Os objetos existem, mas a forma como os identificamos e atribuímos significados a eles é particular. “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sen-

tido à nossa experiência e àquilo que somos” (WOODWARD, 2000, p. 17). O significado é empregado em relação à forma como o objeto foi socialmente construído por meio de uma linguagem e representação. Isso quer dizer que existem formas diferentes de enxergar a mesmacoisa, pois a cultura nada mais é que “a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas” (HALL, 1997, p. 29).

Para Woodward (2000, p. 17),

[...] só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma ideia sobre quais posições-de-sujeito eles produzem e comonós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior. Aqui, estaremos tratando de um outro momento do “circuito da cultura”: aquele em que o foco se desloca dos sistemas de representação para as identidades produzidas por aqueles sistemas. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos.

Nesse contexto, entendemos que a autora adota um conceito de movimento das culturas em que os sentidos darão significações devidas às suas práticas e às suas representações simbólicas, propiciando o sentido da existência do indivíduo. Afinal, cultura e identidade estão entrelaçadas, articuladas e não podemos desconsiderar as identidades culturais surdas presentes nas salas de aula dentro e fora das aldeias.

É fundamental, portanto, “valorizar as diferenças [,] combatendo toda forma de preconceito e discriminação” (CANDAU, 2006, p. 41), assim como o preconceito étnico-cultural.

Como são reconhecidas as línguas indígenas de sinais

As línguas indígenas de sinais são produzidas/criadas de forma natural pela necessidade emergencial de comunicação, inicialmente no seio familiar, dentro das aldeias. Esses sinais emergentes nascem pela e através das trocas comunicacionais entre os pais e/ou familiares, nos

locais onde essas crianças indígenas surdas convivem. Elas se utilizam de gestos, apontamentos, expressões faciais e corporais para interagir. Isso só acontece quando os familiares percebem e descobrem a surdez da criança:

A aquisição da linguagem inicia precocemente, ou seja, assim que o bebê começa a estabelecer relação com o seu meio. Esse processo acontece de forma natural e espontânea, no sentido de ocorrer sem processos de intervenção. A criança adquire a linguagem na interação com as pessoas à sua volta, ouvindo ou vendo a língua ou as línguas, que estão sendo usadas. Embora a linguagem envolva processos complexos, a criança “sai falando” ou “sai sinalizando” quando está diante de oportunidades de usar a língua (ou as línguas). (QUADROS; CRUZ, 2010, p.15).



Segundo os estudos sobre aquisição de linguagem de Pepito (1987), esse processo de aquisição dos sinais por crianças surdas, filhas de pais ouvintes, inicialmente origina gestos que se diferenciam dos sinais produzidos até aos 14 meses de idade; o autor analisa que esses gestos participam nessa produção gestual como os balbucios. Ainda, argumenta que, assim como as crianças ouvintes, as surdas utilizam, até o primeiro ano de vida, o apontar com os dedos para indicar pessoas ou coisas, e até mesmo seus desejos. Resumindo, coloca esse período como fase pré-linguística e, a partir dos dois anos de idade, começa a fase de estruturação do sistema gramatical da língua de sinais, ou seja, o estágio linguístico (PIZZIO; QUADROS, 2011).

Entre pais indígenas ouvintes ocorre o mesmo processo dos estágios. Segundo os pesquisadores Gomes e Vilhalva (2022), para entender esses processos de construção das línguas de sinais emergentes indígenas é preciso ter um olhar investigativo a partir de uma visão desconstruída e inventada por meio das epistemologias azuis, nas quais não se abordam as pesquisas com olhar cartesiano, mas sim com um olhar antropológico. Desse modo, os pesquisadores compreendem que [...] “os sinais naturais correspondem a construções simbólicas inventadas no âmbito familiar, constituindo-se em um sistema convencional emergente de comunicação entre surdos e ouvintes, levando a família a se utilizar desses recursos linguísticos para a construção de diálogos interculturais.” (GOMES; VILHALVA, 2022, p. 814).

Gomes e Vilhalva (2022) ainda discorrem, em sua pesquisa, que os sinais emergentes dos indígenas surdos apreendidos pela interação social, histórico e cultural entre os seus familiares podem ser convencionalizadas a partir das relações nos espaços interculturais entre os indígenas surdos nas aldeias, através dos diálogos e interações sociais. “Aos poucos os surdos indígenas vão aperfeiçoando o universo dos signos linguísticos e assim construindo sua própria língua de sinais”. (GOMES, VILHALVA, 2022, p. 817).

Gomes e Vilhalva (2022, p. 817) consideram de grande relevância, nesse processo de construção das línguas de sinais emergentes,

[...] primeiro, quando os familiares também aprendem a língua de sinais tornando o relacionamento melhor, porque, antes, a interação dialógica, por certo, ficava restrita, fazendo com que a família dependesse sempre do professor para passar uma orientação ao seu filho; segundo, pois se considera que quando o surdo não sinaliza nos processos de comunicação e expressão fica muito restrita sua acessibilidade social e cultural, já que lhe falta uma língua para expressar seus pensamentos mais abstratos.

Os pesquisadores afirmam também que as variações linguísticas nas línguas de sinais indígenas são bastante coerentes devido ao contexto histórico, geográfico e sociocultural dos usuários das línguas de sinais emergentes.

Podemos observar um exemplo entre as pesquisas que estudaram os surdos Terena, já que, apesar de estudarem a mesma etnia, mesmo povo, em espaços geográficos diferentes, é possível encontrar sinais emergentes semelhantes e totalmente distintos. Isso acontece

também pela diversidade de etnias, de culturas espalhadas no território brasileiro, e nisso percebemos o grande desafio para os pesquisadores dessa geração. Alguns deles, inclusive, já estão definindo as terminologias desses sinais encontrados e referenciando-as devido à geografia e à etnia. A preocupação deste pesquisador aqui é também entender qual rigor epistemológico e linguístico esses pesquisadores utilizam para levantar esses sinais emergentes sem que haja a interferência da Libras também.

Considerações finais

A partir da problematização dos recortes teórico-metodológicos dos trabalhos acadêmicos analisados percebi que o processo de colonização no Brasil iniciou-se na chegada da frota de Pedro Álvares Cabral, em 1500. Esse processo de colonização causou o desaparecimento de muitos povos indígenas e, conseqüentemente, de suas culturas, suas identidades e suas línguas. O uso da violência, da dominação e da doutrinação, bem como da imposição da lógica europeia por um modelo hegemônico eurocêntrico, tentou subverter e domesticar essas culturas originárias. Mas resistir foi a forma de luta e de subsistência desses povos. As comunidades surdas no mundo e no Brasil também foram, de certa forma, hostilizadas para atenderem às imposições dominadoras dos ouvintes, ou seja, imputou-se-lhes uma educação voltada para os métodos hegemonicamente criados por ouvintes. A resistência dessas comunidades foi o direito de continuarem a se comunicar através de suas línguas de sinais, seus modos de enxergar o mundo através de suas mãos.

Embora já não estejamos mais em um Brasil Colônia, percebemos que ainda existe, estruturalmente, uma colonização velada por domínio étnico, em legislações que não contemplam a diversidade, mas impõem medidas hegemônicas, de conceitos e de valores padronizados. Existe a discriminação, o preconceito e o domínio estrutural ali camuflado.

Escrever um trabalho que se refere a culturas outras, pesquisando em terras até certo ponto desconhecidas, na interlocução com outras línguas, outros costumes, outras histórias, outros 'Outros' foi uma avalanche de emoções e revelações. Transgredindo questões legalmente "alinhadas" e estruturadas, foi um processo desafiador e motivador ao mesmo tempo. Ir contra algo que está posto é como entrar num território já teoricamente colonizado, possivelmente consolidado sem brechas.

Com esta pesquisa, encontramos várias outras línguas de sinais, faladas em diversas regiões do território brasileiro por comunidades surdas isoladas, comunidades rurais, vilarejos, ilhas e territórios indígenas. Essas línguas, denominadas línguas de sinais emergentes, criadas por uma emergência comunicacional, podem ter, ou não, poucos falantes da língua. No que tange às línguas indígenas de sinais ou línguas de sinais indígenas, estas também devem ser visibilizadas e viabilizadas tanto nas aldeias como nas escolas e em toda a sociedade de modo geral, uma vez que um dos primeiros registros de pesquisa sobre língua de sinais no Brasil foram de línguas de sinais indígenas.

Essas línguas de sinais têm a mesma importância que a Libras, enquanto sistema de comunicação e quiçá num sistema institucionalizado também, porque não? Além disso, não devem ser diminuídas ou inferiorizadas só por não serem institucionalizadas, pelo contrário, devem ser estudadas, categorizadas e valorizadas, pois fazem parte das construções identitárias dos sujeitos surdos, das suas culturas, de suas vivências históricas.

Ainda que as produções científicas publicadas nessa temática sejam poucas, houve um processo de crescimento desses estudos e de estudiosos, devido às mudanças incentivadas por movimentos políticos que conversam e lutam pela preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, dos povos originários do país, os povos indígenas. Os movimentos sociais indigenistas dirigidos por pesquisadores e ativistas levaram ao aumento da visibilidade dos povos originários no País, bem como demonstrou mais atenção para os indígenas surdos presentes, porém não 'vistos' e espalhados nos territórios indígenas. Isso acarretou novos pesquisadores e futuras pesquisas e o surgimento de primeiros cursos de formação dessa área de estudos, promovidos por instituições de Ensino Superior, e a participação inédita de pesquisadores na área de indígenas surdos e línguas indígenas de sinais na Década Internacional das Línguas Indígenas, organizada pela Unesco, com o objetivo de criar ações para preservar o registro das línguas indígenas no Brasil; desse modo, houve uma ascensão da visualização e a valorização das LSI.

Em suma, compreendemos que o processo de colonização saber e poder dos saberes linguísticos se inicia por uma proposta do sistema político em vigência que não se atenha às questões da diversidade cultural humana, numa perspectiva multicultural, e sim visam uma educação por um olhar hegemônico, principalmente quando são questões indígenas. Conseqüentemente, em relação à educação bilíngue de surdos e ao sistema de ensino definido pela Educação Especial – não considerados como deficientes pelos Estudos Surdos –, a própria legislação indica somente a Libras como língua materna e de instrução, não se atendo às outras comunidades surdas, com suas línguas de sinais e culturas. Outras, inclusive as línguas indígenas de sinais.

Bibliografia

AGUIAR, Jaqueline Gomes de. A pesquisa etnográfica *on line* em tempos de cultura da convergência. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n. 6, p. 109-131, out.-dez. 2019.

ARAUJO, Bruno Roberto Nantes. **A escolarização de indígenas terena surdos: desafios e contradições na atuação do tradutor intérprete de línguas de sinais – TILS**. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

ARAUJO, Bruno Roberto Nantes. Línguas Indígenas de Sinais no Brasil: Elas (R)Existem? In: SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE: ETNOCÍDIO E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA, XI., 2021, [s.l.]. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 27 a 29 de

ARAUJO, Bruno Roberto Nantes; FERREIRA, R. V. Estudos e Pesquisas sobre a educação de indígenas surdos no Brasil. In: REIS, L. da S.; FIGUEIREDO, A. A. de A.; SGARBI, N.

AZEVEDO, Marlon Jorge da Silva. **Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins**. 2015. 115 f. Dissertação (Letras – Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023 .

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em:

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1995.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. O/a educador/a como agente cultural. In: LOPES, Alice R. C.; MACEDO, Elizabeth F. de; ALVES, Maria P. Carlos (org.). **Cultura e política de currículo**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2006. p. 35-52.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. (Colección Sur-Sur).

COELHO, Luciana Lopes. **A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola**. 2011. 125 f.

COSTA, Edivaldo da Silva; BEZERRA, Erich Teles; NASCIMENTO, Leoni Ramos Souza. Etnoterminologia de etnias das línguas de sinais das terras indígenas brasileiras. **Liames: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, v. 22, p. 1-21, 2022. Disponível em: www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8668367. Acesso em: 15 ago. 2022.

COSTA, Edivaldo da Silva; NASCIMENTO, Leoni Ramos Souza; PRATES, Magno Prado Gama. Karai Je’eha Jakwarahã! (Comunique-se bem!): um estudo sobre as línguas de sinais das terras indígenas. **Revista Humanidades & Inovação**, [s.l.], v. 8 , n. 37, 2021.

DAMASCENO, Letícia de Souza Magalhães. **Surdos Pataxó: inventário das Línguas de sinais em território etnoeducacional**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/2%-C2%BA%20Artigo%20de%20ANDRADE>

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da

ELER, Rosiane Ribas de Souza. **Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Paiter Suruí**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

- FERNANDES, Leandro Andrade. A representação de quinze alfabetos manuais na Escrita das Línguas de Sinais – ELiS. **Centro Virtual de Cultura Surda**, edição 16, set. 2015.
- GIROLETTI, Marisa Fátima Padilha. **Cultura surda e educação escolar Kaingang**. 2008. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- GODOY, Gustavo. **Os Ka'apor, os gestos e os sinais**. 2020. 386 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- Grande Dourados, Dourados, 2011.
- Grande Dourados, Dourados, 2013.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Tradução de Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik; Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, DF: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/banco/textos/SILVA_-
- <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/221212/001125327.pdf?sequence=1> . Acesso em: 16 jan. 2023.
- https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei_programa_ufmg2019.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf . Acesso em: 11 abr. 2023.
- LIMA, Juliana Maria da Silva. **A criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá**: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola. 2013. 123 f.
- LIMA, Kátia do Socorro Carvalho. **Educação de Surdos no contexto Amazônico**: um estudo da variação linguística na Libras. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Pará, 2009.
- M. F. de Q. **Estudos Linguísticos Aplicados às Línguas Indígenas e à Libras**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.
- MARTINS, Caroliny Capetta. **O ensino de astronomia indígena para surdos**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação, Uninter, 2020.
- MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-64, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- MUSSATO, Michelle Sousa. **O que é ser índio sendo surdo?** Um olhar transdisciplinar. Campo Grande: Editora UFMS, 2021.

MUSSATO, Michelle Sousa. **Surdo Terena: a (in)existência de sujeitos (s)em política(s) linguística(s)**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/retrieve/fdbd-2865-3b52-4828-8797-fc28856a3216/Michelle%20Mussato%20-%20Entrega%20da%20tese.pdf>. Acesso em: 27 jan.2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Revista Pólis**, [s.l.], n. 31,2012.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; CRUZ, Carina Rebello. **Língua de sinais – instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães et al. Estudos em sociolinguística de contato no Brasil: a diversidade etnolinguística em debate. **Cadernos de Linguística**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 1-28, 2021. Disponível em:

setembro de 2011.

setembro de 2021. p. 134-143.

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio. **Língua Terena de Sinais: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha**. 2018. 213 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Araraquara, 2018.

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio; FARGETTI, Cristina Martins. Línguas indígenas desinais: pesquisas no Brasil. **Liames**, Campinas, v. 22, 1-14, 2022.

SUMAIO, Priscilla Alyne. **Língua Terena de Sinais: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha**. 2018. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2018.

SUMAIO, Priscilla Alyne. **Sinalizando com os terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos**. 2014. 123 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115690>. Acesso em: 27 jan. 2023.

VILHALVA, Shirley. **Mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul**. Petrópolis, RJ: Editora Araras, 2012.

VILHALVA, Shirley; ARAUJO, Bruno Roberto Nantes. Educação de indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais. **LínguaTec**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 348-359, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/5989>. Acesso em: 27 jan.

WALSH, Catherine. Etnoeducación e interculturalidad en perspectiva decolonial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “ETNOEDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE – AFRO-DES-

CENDANT PERSPECTIVES”, IV., 2011, Lima. **Anais [...]**. Lima: Cedet, 7 de

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.